

35º Encontro Anual da Anpocs

MR19: Migrações Internacionais - Teoria social e políticas públicas

Entre o legal e o informal: os estudantes internacionais na Paraíba e suas relações com a Polícia Federal

Silvia Garcia Nogueira

24 a 26 de outubro de 2011

Entre o legal e o informal: os estudantes internacionais na Paraíba e suas relações com a Polícia Federal

Silvia Garcia Nogueira

Resumo

Entre o legal e o informal: os estudantes internacionais na Paraíba e suas relações com a Polícia Federal

Os estudantes estrangeiros com visto de estudo no Brasil periodicamente precisam apresentar-se à Polícia Federal para tratarem de assuntos e exigência legais. Paralelamente, contrariando expectativas mais gerais que pressupõem a distância burocrático-formal entre agentes da PF e os usuários de seus serviços, muitas vezes as relações estabelecidas entre eles ultrapassam esses limites: de um lado, os agentes e outros funcionários sensibilizam-se com as dificuldades e dramas dos estudantes, auxiliando-os na medida do possível e orientando quanto a soluções de problemas; de outro, os estudantes retribuem convidando-os eventualmente para comemorações restritas aos grupos específicos. Partindo dessa constatação empírica é que este trabalho pretende discutir essas relações estabelecidas cotidianamente entre alguns estudantes internacionais da Paraíba e agentes da Delegacia de Polícia de Imigração (Delemig-João Pessoa) da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal na Paraíba, tendo como referência uma pesquisa em desenvolvimento sobre estudantes africanos em João Pessoa (PB).

Introdução

Os estudantes estrangeiros com visto de estudo no Brasil periodicamente precisam apresentar-se à Polícia Federal para tratarem de assuntos e exigências legais. O cumprimento dessa obrigação, em geral, é vista pelos estudantes internacionais como uma situação tensa envolta por uma sensação

de ansiedade. Na perspectiva dos funcionários do órgão, trata-se de uma rotina burocrático-formal.

Desse modo, tem-se que se para os representantes da Polícia Federal, em particular aqueles do setor de migração, o contato com os estrangeiros faz parte do ofício profissional e da rotina diária, diferentemente para os estudantes a ida à Polícia Federal corresponde ao extraordinário – embora tenha uma periodicidade previamente definida – e à lembrança de que seu cotidiano construído no país pode mudar a partir da emissão de um documento oficial.

Cabe ressaltar que os migrantes internacionais passam a agir norteados por um quadro simultaneamente imaginário e real de endurecimento no controle sobre estrangeiros no pós-11 de setembro de 2001. Diante desse acontecimento, a consequência imediata foi o aumento de atitudes xenófobas e de intolerância perante o “outro”, afetando as relações que se estabelecem entre o plano dos indivíduos e o das nações, já que o fenômeno migratório torna-se matéria de alta política (Menezes, 2007, p.199-200).

Tem-se, assim, o que Póvoa-Neto (2005, p. 297) chama de “criminalização dos migrantes”, processo que envolve a “busca de ‘suspeitos’ ou ‘culpados’ de ameaçar a ordem pública - principalmente entre imigrantes, estrangeiros e minorias étnicas” - e, ainda, a tentativa de “criminalizar a própria condição de migrante”. O que o autor classifica, portanto, de um duplo sentido da criminalização.

Embora o quadro de endurecimento, controle e estigmatização afete de modo mais agudo os estrangeiros que migram para os países do “Norte” e em situação irregular ou ilegal, esse clima parece impactar mesmo sobre aqueles em situação regular e que migram para regiões menos afetadas pelo “terrorismo”, como, por exemplo, os que possuem um visto de estudo no Brasil.

Estar diante de um funcionário da Polícia Federal pode ser percebido, nesse sentido, como um momento em que todas essas questões que rondam o universo do migrante internacional – em suas dimensões práticas, simbólicas ou emocionais - são acionadas. A eventual frieza de tratamento imposta pela

impessoalidade que a atividade burocrática exige e o pressuposto da “suspeita” que envolve diferentes nacionais no contexto migratório, faz com que a ida a Polícia Federal em grande parte dos casos seja motivo de preocupação.

Paralela e paradoxalmente, contrariando expectativas mais gerais que pressupõem a distância burocrático-formal entre agentes da PF e os usuários de seus serviços, muitas vezes as relações estabelecidas entre eles ultrapassam esses limites: de um lado, os agentes e outros funcionários sensibilizam-se com as dificuldades e dramas dos estudantes, auxiliando-os na medida do possível e orientando quanto a soluções de problemas; de outro, os estudantes retribuem convidando-os eventualmente para comemorações restritas aos grupos específicos ou tornando-os referências confiáveis para ajuda nos momentos difíceis.

Partindo dessa constatação empírica que tem como referência uma pesquisa em desenvolvimento sobre estudantes internacionais na Paraíba¹, em especial os de origem africana², é que este trabalho pretende discutir essas relações estabelecidas cotidianamente entre alguns estudantes estrangeiros e funcionários da Delegacia de Polícia de Imigração (Delemig-João Pessoa) da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal na Paraíba.

Práticas e Obrigações Legais

¹A pesquisa vem sendo realizada, sob minha coordenação e orientação, no âmbito dos projetos intitulados “Migrantes em trânsito na Paraíba: políticas, normatizações e mapeamento de estrangeiros com vistos de trabalho, negócios e estudo” (2009-2010, dentro do PIBIC/UEPB), envolvendo as alunas Jane Eyre Marinho Dantas Figueiredo Fernandes, Fernanda Queiroga da Silva, Denise Eduardo de Oliveira, Thalita Franciely de Melo Silva; “Cooperação Técnica-Educacional. Um estudo sobre as relações Brasil-África a partir da experiência de estudantes africanos em universidades públicas na Paraíba” (2010-2011, dentro do PIBIC/UEPB), com a participação da aluna Jane Eyre Marinho Dantas Figueiredo Fernandes; e “As migrações internacionais: sobre os conceitos teóricos e o aprofundamento da análise da situação contemporânea dos imigrantes brasileiros” (2011-2012, apoiado pelo PROPESQ/UEPB). Aproveito para agradecer às alunas envolvidas a coleta de dados e a dedicação.

² Cabe destacar que, como observado por Seyferth (2007: 24-25), a imigração latino-americana e a africana, além da asiática, tornam-se mais significativas na atualidade, e não se restringindo mais a grandes centros, como São Paulo ou Rio de Janeiro, embora, a produção acadêmica sobre o assunto ainda verse principalmente sobre as regiões Sul e Sudeste do país.

Os estudantes estrangeiros que ingressam no Brasil o fazem por meio de um visto de estudo já concedido pelo Ministério das Relações Exteriores e chegam a partir de uma relação previamente estabelecida entre os países (de origem e de destino) e as instituições envolvidas nesse processo, com regras e outras normatizações precisas. O primeiro contato com uma repartição da Polícia Federal ocorre em sua chegada, pois o estudante necessita fazer seu Registro Nacional de Estrangeiro (RNE) até 30 dias de entrada no país.

Em princípio, o estudante deve procurar a PF de tempos em tempos, conforme o caso, para prorrogação de sua estada ou em caso de mudança de situação (por exemplo, pedido de transformação de visto). Em relação ao período que deve se apresentar a PF para manter-se em situação regular, o máximo de validade do RNE é de dois anos. O pedido de renovação do registro deve ser realizado com até 30 dias de antecedência – período previsto para a emissão da renovação. Exceder esse prazo pode significar uma autuação por irregularidade, caso o registro expire e o novo documento não tenha sido emitido.

Em geral, os alunos em nível de graduação precisam se apresentar a cada ano, e os de pós-graduação, a cada dois anos. Esse prazo de um ano pode ser prorrogado por igual período até o final do curso. Mas existe o condicionamento ainda ao tipo de tratado de cooperação firmado entre o local de origem do estudante estrangeiro e o Brasil e/ou a instituição brasileira que o recebe. Caso ele não se apresente no prazo estipulado, é autuado, necessitando pagar uma multa de 8 reais e 27 centavos ao dia, até 100 dias. Mas, em situação irregular, dependendo do acordo de cooperação que possibilitou sua vinda, o estudante pode receber uma notificação em até 8 dias após o prazo estipulado ou mesmo ser deportado.

Cabe ressaltar que para a Polícia Federal a situação de irregularidade é bem diferente da de ilegalidade. Segundo um agente³, o estrangeiro está irregular no país quando está sem visto; e está ilegal quando comete um crime.

³ Para garantir o anonimato das fontes, nomes não serão apresentados assim como qualquer tipo de característica como cargo específico, tempo de serviço preciso ou sexo.

Ele exemplifica: “Se um brasileiro ou um estrangeiro em situação regular no país dá abrigo a um estrangeiro sem visto válido, ele está cometendo um crime, mas o estrangeiro sem visto válido está cometendo uma irregularidade”.

Conforme explicado pelo agente, existem 16 artigos de autuação que incidem sobre o estrangeiro. A PF trabalha diretamente referida à Lei 6.815, de 1980, ao Estatuto do Estrangeiro, por muitos considerado ultrapassado⁴.

O RNE dá direito a um documento emitido em Brasília, confeccionado no edifício sede da PF, que serve como identificação do estrangeiro em solo nacional. De acordo com outro funcionário da PF, o problema ocorre quando há uma demora na emissão dessa carteira de identificação e o estudante passa a ter uma série de dificuldades pela ausência da mesma. Sem a carteira, por exemplo, geralmente os bancos não abrem conta corrente para o estrangeiro, que não pode fazê-lo somente com o papel contendo o número do protocolo do RNE.

Segundo o funcionário, esse era até um tempo atrás talvez o maior problema existente do ponto de vista burocrático para o estudante. Tanto que em um dado momento o próprio funcionário foi deslocado para Brasília para ajudar a agilizar o sistema de emissão dessas carteiras. Não era incomum, como contou, os estrangeiros chegarem ao prazo de um ano e ainda não terem recebido o documento pelo qual haviam pagado a taxa relativa a sua obtenção. Conforme relata:

Nessa época, a ordem era não confeccionar aquelas que tinham até três meses para expirar. Ai os estudantes tinham que pegar o papelzinho [protocolo]... pesando muito sobre os estudantes que tinham prazos menores e que não conseguiam abrir conta em banco. A carteira não chegava por atraso. O banco se recusava a receber somente o protocolo, aumentando a burocracia do estudante. Eu fui para Brasília para ajudar a desafogar um problema com a confecção das carteiras. Não sei bem como seria com a questão da segurança, mas o ideal seria a descentralização da confecção...

⁴ Sobre documentação de estrangeiros no Brasil ver Etcheverry 2007.

De acordo com ele, esse problema não vem ocorrendo mais. A orientação agora é a de que se a carteira não chegar a tempo (entre 1 e 3 meses), o estrangeiro está desobrigado a pagar uma nova taxa pela renovação da carteira.

Cabe dizer que, no instante do pedido da renovação do registro para o estudante, junto ao formulário próprio deve estar o histórico escolar do aluno emitido pela universidade na qual está matriculado. Para um agente, esse também é um fator de nervosismo dos requerentes junto a PF, pois a reprovação por falta em uma disciplina pode configurar um abandono da matéria, implicando em um relatório enviado para a sede em Brasília.

Relações Brasil-África

A emigração africana para o Brasil na atualidade se diferencia das demais ocorridas em outras épocas por estar inserida em políticas educacionais relacionadas ao nível do ensino superior⁵. Como nos lembra Mungoi (2007:189-190), “tais políticas estabelecem alianças políticas e diplomáticas entre países em vias de desenvolvimento e transformam o Brasil num país de imigrantes temporários que imprime marcas identitárias ao longo do percurso da sua formação”.

Segundo a autora, é preciso atentar para o fato que a maioria dos estados africanos conquistou sua independência recentemente e que muitos enfrentam problemas de diversas ordens, incluindo-se “a insuficiência de instituições de ensino superior, de pessoal docente qualificado e de cursos de graduação e pós-graduação” (:190), gerando o deslocamento de jovens africanos em busca de ensino superior fora de seus países de origem.

Na Paraíba, atualmente, os estudantes africanos em nível de graduação são predominantes. Tal informação baseia-se em um levantamento de dados

⁵ Vale ressaltar que, como discute Petrus (2005), nem sempre o lugar de onde se parte (região mais ou menos desenvolvida) define o tipo de representação que se tem do estrangeiro que chega: a despeito do lugar de partida, muitas vezes é o motivo de entrada no país que pauta a relação que se estabelece com o “outsider” – este é o caso de estudantes africanos que escolhem o país para sua qualificação acadêmica-profissional.

estatísticos realizados junto a órgãos de registro dos estrangeiros como o Departamento de Polícia Federal/Superintendência Regional na Paraíba, Delegacia de Polícia Imigratória (DELEMIG-PB) na cidade de João Pessoa; universidades públicas (UEPB, UFPB e UFCG) que participam do PEC-G e PEC-PG⁶. Além disso, foram consultados os sites do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Educação.

Antes de falarmos sobre os estudantes africanos na Paraíba, faz-se necessário comentar que com a evolução das políticas de cooperação internacional, o conceito de “ajuda para o desenvolvimento” ganha importância. Cada modalidade de cooperação (seja científica, técnica, financeira, educacional, tecnológica, etc.) é determinada por um mecanismo de apoio. Assim, no caso da cooperação técnica internacional (CTI), por ser caracterizada por uma transferência de conhecimento, requer uma consultoria especializada para que haja uma capacitação de pessoal e a disponibilidade de uma infraestrutura na instituição receptora⁷.

O Brasil tem desenvolvido um nível de estágio onde suas instituições são crescentemente requeridas por países interessados em sua experiência. Esse desenvolvimento deu-se de forma intensa no Governo Lula (em especial no 2º mandato, 2007-2010), que deu grande importância à política de cooperação técnica, estimulando a expansão dessa cooperação tanto pelo incentivo a abertura de novas Embaixadas, como promovendo visitas aos países nos quais disseminou os avanços alcançados pelo Brasil.

De acordo com MRE a cooperação técnica prestada é vista como “uma opção estratégica de parceria e um instrumento capaz de produzir impactos positivos sobre a população, elevar níveis de vida, modificar realidades,

⁶ Agradeço a Polícia Federal, em particular ao setor de imigração, a permissão para o levantamento de dados e até mesmo a sistematização dos dados dispersos realizada pelo agente Antonio (nome fictício) e as universidades procuradas, em particular a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e seu setor de assuntos internacionais.

⁷ Parte dessa análise sobre o sentido da cooperação técnica e educacional do Brasil com a África foi elaborada por mim em conjunto com a bolsista de iniciação científica Jane Eyre M.D.F. Fernandes.

promover o crescimento sustentável e contribuir para o desenvolvimento social”.⁸

Segundo informações do Ministério, no Brasil, há mais de 100 entidades que atuam como parceiros nesse processo de cooperação técnica Sul-Sul atuando em diversas áreas do conhecimento como: agricultura, saúde, educação, ensino profissionalizante, meio ambiente, administração pública, transportes, energia, dentre outras. Estas entidades⁹ colocam à disposição dos países seus conhecimentos técnicos por meio da implementação de capacitações e treinamentos, assim como, a transferência de tecnologia. Atuam conjuntamente elaborando com a formulação de políticas públicas e de estratégias de atuação.

A cooperação bilateral prestada pelo Brasil no Governo Lula a países “em desenvolvimento” numa relação Sul-Sul foi baseada na transferência de conhecimentos técnicos. Nessa cooperação, que não tem fins comerciais, buscou-se a autonomia dos parceiros envolvidos por meio de consultorias, treinamentos, transferência de conhecimentos técnicos e por vezes doação de equipamentos e materiais. Entre os princípios norteadores dessas ações estão a solidariedade, a construção de parcerias igualitárias e horizontais; a não-condicionalidade e o respeito à diferença e à autonomia das organizações.¹⁰ Tudo isso, dentro de um objetivo traçado a partir das “Metas do Milênio”¹¹ da ONU.

⁸ Informações do MRE/ Secretaria de Planejamento Diplomático - Balanço de Política Externa (2003-2010) Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/>

⁹ Dentre elas estão: Ministérios, Organismos Públicos Federais, Universidades e Empresas Públicas tais como: Embrapa, Fiocruz, SEBRAE, SENAI, SENAC, SENAR, IBGE, etc. AABC também tem procurado mobilizar Instituições Estaduais como a UFV e a UMG em Minas Gerais, dentre outras.

¹⁰Idem.

¹¹ Trata-se de: erradicar a extrema pobreza e a fome; atingir o ensino básico universal; promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde materna; combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças; garantir a sustentabilidade ambiental e estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento. Estas metas são parte do “Projeto Milênio”, constituído pelo Secretário Geral da ONU, em 2002, para desenvolver um plano de ação concreta para que o mundo reverta o quadro de pobreza, fome e doenças opressivas que afetam bilhões de pessoas.

Uma das características da política externa brasileira no final do século XX e início do século XXI é o “multilateralismo da reciprocidade”¹². Segundo Celso Amorim, Ex-Ministro das Relações Exteriores no Governo Lula e atual Ministro da Defesa no Governo Dilma Roussef, a diplomacia brasileira elaborou este conceito baseado no comércio e na segurança, embora o tenha estendido a todos os domínios das relações internacionais.

Nessa direção, a política externa do Governo Lula atribuiu grande importância à aproximação com outros países “em desenvolvimento”, tentando contribuir para a promoção do desenvolvimento em países mais pobres como forma de tornar a ordem internacional menos injusta e a vida das pessoas mais digna. Além disso, segundo Cervo (2010), o forte caráter integracionista do governo brasileiro em sua política externa busca, por meio dos processos de integração, consolidar uma “rede de cooperação”, partindo da América do Sul e avançando para alianças com outras regiões (Cervo, 2010), onde, na área de educação, os acordos de cooperação técnica e educacional estabelecidos com os países africanos são um importante exemplo¹³.

Esta rede de cooperação que se teceu também em direção a África estabeleceu cooperações em diversos setores. Até o início de 2008 o Presidente Lula havia feito sete visitas à África e estabelecido doze novas embaixadas. Além disso, estabeleceu a Cúpula Países Africanos-América Latina

A aproximação do Governo Lula com a África não compreendeu apenas o plano bilateral, mas a esfera multilateral africana. Com esse intuito o Brasil procurou acercar-se da União Africana¹⁴ (UA) acompanhando suas atividades e

¹² Vale ressaltar que a reciprocidade não está relacionada apenas ao comércio internacional, mas a economia, segurança, questões ambientais, saúde e direitos humanos.

¹³ Segundo Cervo (2004), enquanto o presidente Fernando Henrique Cardoso concentrou sua ação no “primeiro mundo”, Lula desejou o universalismo da política exterior: quis recuperar espaços perdidos na África e no mundo Árabe e estabeleceu alianças fortes com países emergentes como a Índia, a China e a África do Sul.

¹⁴ Criada em 2002 a União Africana (UA) tomou como base o modelo da União Européia adotando estrutura organizacional semelhante (algumas características supranacionais). A UA objetiva acelerar o processo de integração política, econômica e social do continente africano de forma que a África possa desempenhar um papel de maior relevância na economia mundial e que possa enfrentar os diversos problemas resultantes dos efeitos negativos da globalização.

estabelecendo mecanismos de cooperação. De acordo com o Ministério das Relações Exteriores, esse diálogo com a UA além de promover uma legitimação às iniciativas do Brasil na África, poderá reforçar a imagem do Brasil como parceiro preferencial e confiável.

A Cooperação Brasil-África, nesse período, estabeleceu 55 atos bilaterais¹⁵ na área de educação assinados com mais de 20 países. Dentre esses atos bilaterais destacam-se: 19 Memorandos de Entendimento com (Quênia, Egito, Angola, Namíbia, Botsuana, Camarões, Guiné Bissau, África do Sul, Cabo Verde) e 21 Acordos com Quênia, Tanzânia, Tunísia, Angola, Zâmbia, Guiné Equatorial, Libéria.

A forte identificação cultural do Brasil com o continente africano tem sido um fator importante e facilitador da cooperação na área educacional. Assim, a identidade linguística com alguns países africanos tem possibilitado uma intensa cooperação educacional com países como Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde. Essa cooperação educacional estabelecida pelo governo Lula objetivou não só abrir espaços para estudantes e professores africanos nas universidades brasileiras, mas também, por meio de acordos entre academias diplomáticas, compartilhar experiências em política externa e, conseqüentemente, estreitar e ampliar ainda mais os laços entre essas regiões.

De acordo com os dados do MRE a respeito do Balanço da Política Externa do Brasil, por meio dessa relação, o Governo Lula intensificou a cooperação em áreas como: intercâmbio estudantil; ensino da história africana em universidades brasileiras por professores africanos; acordos entre academias diplomáticas e criação de uma universidade dedicada às necessidades dos povos lusófonos da África – a Universidade Luso-Afro-Brasileira (Unilab)¹⁶.

¹⁵ Dados do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

¹⁶ A criação da Universidade Luso-Afro-Brasileira (Unilab) no Estado do Ceará, uma Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, representa um passo adiante nessa cooperação. Uma das finalidades desta universidade é promover o intercâmbio cultural com o continente africano no sentido de incentivar estudos focados no desenvolvimento de ciência e tecnologia. Esta universidade será voltada às necessidades específicas das nações

A cooperação educacional tem a participação de Ministérios, Órgãos Públicos e Estados da Federação. Evidentemente, o Ministério da Educação tem auxiliado setores do Itamaraty responsáveis pela formulação e execução de políticas educacionais. De acordo com o MRE, os resultados alcançados das ações de apoio à educação promovidos por meio dessa relação Brasil-África foram diversos. Destacam-se os seguintes programas: o Programa de Incentivo à Formação Científica, promovido pelo MRE em parceria com a CAPES, que atende a estudantes de Moçambique, Angola e Cabo Verde; o Programa de Leitorado em Língua e Literatura Brasileira que envolve Camarões, Zâmbia e Mali; o Programa Linguagem das Letras e dos Números, que em 2009, auxiliou na capacitação profissional de cerca de 120 professores de Matemática e Português de Cabo Verde.

Foram implementados diversos programas de apoio na área de educação a países da CPLP: em Moçambique (implantação de pólo da Universidade Aberta do Brasil, Programa Nacional de Alimentação Escolar, Programa de Incentivo à Formação Científica e Programas Amílcar Cabral e José Aparecido); em Angola (Programa de PEC-G e PEC-PG, Programa de Incentivo à Formação Científica e Programa Escola de Todos); em São Tomé e Príncipe (Projeto Merenda Escolar, Projeto Alfabetização de Adultos e Projeto Pro-Formação).

Segundo dados do MRE, o Programa de Estudante Convênio de Graduação (PEC-G), desde 2003, selecionou 4.326 alunos de 20 países africanos¹⁷ diferentes. Destacando-se a forte abertura a alunos de Cabo Verde com 2.065 alunos e a de Guiné-Bissau com 940 selecionados nesse período. Já o PEC-PG selecionou 237 estudantes de 14 países africanos¹⁸. Destaca-se,

africanas, como a formação de professores, a gestão pública e o desenvolvimento agrário. Um fato curioso é que a escolha do Ceará para instalação da Unilab deu-se porque foi lá o início do processo da abolição dos escravos no Brasil.

¹⁷ África do Sul, Angola, Benin, Cabo Verde, Camarões, Costa do Marfim, Gabão, Gana, Guiné-Bissau, Mali, Marrocos, Moçambique, Namíbia, Nigéria, Quênia, República do Congo, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal e Togo.

¹⁸ Angola, Benin, Cabo Verde, Camarões, Costa do Marfim, Egito, Gana, Guiné-Bissau, Moçambique, Namíbia, Nigéria, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe e Senegal.

dentre estes, a forte participação de Cabo Verde (81 estudantes) e de Moçambique com 73 estudantes.

Estudantes africanos na Paraíba

De acordo com os dados obtidos na Polícia Federal (DELEMIG/PB em João Pessoa), nas duas últimas décadas (de janeiro de 1991 a dezembro de 2010) foram registrados pelas Delegacias de Imigração/DPF no Estado da Paraíba, 236 (duzentos e trinta e seis) estudantes de origem africana. Dentre eles encontraram-se alunos da África do Sul (3); Angola (19); Cabo Verde (120); Congo (17); Guiné Bissau (66); Moçambique (3); Nigéria (1); São Tomé e Príncipe (6) e Tunísia (1).

Numa análise comparativa entre essas duas décadas (Cf. Tabela-1) vê-se que no período correspondente ao mandato do Presidente Lula tem-se um crescimento significativo do número de estudantes africanos. Este crescimento deve-se à já comentada estratégia de política externa adotada no Governo de uma inserção Sul-Sul por quanto aos atos bilaterais na área de educação estabelecidos com países africanos. Confira na tabela abaixo os dados dos estudantes africanos matriculados nos respectivos anos.

TABELA-1 Estudantes Africanos registrados na Paraíba

– período de 1991 a 2010

ANO	TOTAL DE ESTUDANTES AFRICANOS
1991	04
1992	04
1993	04

1994	02
1995	16
1996	*
1997	10
1998	01
1999	04
2000	05
2001	01
2002	07
2003	04
2004	13
2005	08
2006	46
2007	23
2008	16
2009	24
2010	23

Fonte: Departamento de Polícia Federal, Superintendência Regionalna Paraíba, Delegacia de Polícia Imigratória - João Pessoa-PB(* Nos dados fornecidos pela DELMIG/PB não havia registro sobre o ano de 2006).

Deste total, exatamente a metade era do sexo feminino (118).
Salientando que Cabo Verde é a nação que representa o maior percentual de

estudantes do sexo feminino (65%), e Guiné Bissau o de maior percentual masculino (70%). No que se refere ao estado civil, deste total apenas cinco eram casados. A média de idade destes estudantes africanos é entre 19 e 26 anos. Segundo um agente especial da Delemig/PB, estes estudantes vêm para o Brasil, em sua maioria, para frequentarem cursos de graduação, sendo poucos os que se habilitam a pós-graduação. Quase todos os africanos estudantes na Paraíba são alunos-convênio, através de acordos firmados com o Governo brasileiro. Alguns (poucos) recebem ajuda financeira de organismos ligados a área da educação. Os estudantes/convênio são regidos através de legislação específica do Programa Estudante Convênio (PEC-G).

De acordo com dados fornecidos pela Assessoria Internacional da Universidade Federal da Paraíba – uma das universidades mais procuradas no estado -, entre 2003 e o primeiro semestre de 2011, em relação aos estudantes internacionais matriculados, o país de origem predominante foi Cabo Verde (com maior índice registrado em 2009 – 22 alunos), seguido por Guiné-Bissau (com maior índice registrado em 2011 – 13 alunos). Em relação aos cursos escolhidos pelos estudantes, Ciências Econômicas, Administração e Odontologia. Isso dentro de um universo geral de 37 alunos matriculados em 2011; 42 em 2010; 43 em 2009; 33 em 2008; 39 em 2007; 37 em 2006; 33 em 2005; 31 em 2004; e 28 em 2003.

Cabe ressaltar que outras procedências encontradas na UFPB ao longo desse período são Congo, São Tomé e Príncipe, Paraguai, Peru, Angola, Costa Rica, Venezuela, Bolívia e Senegal. Entre esses, Congo, Peru e Paraguai se destacam ligeiramente em relação aos demais desse grupo do ponto de vista quantitativo.

A Delemig e o contato com os estudantes

Os funcionários (agentes e administrativos) do setor de imigração da Polícia Federal podem ser divididos em dois grupos, no que se refere ao contato e à interação com os estudantes internacionais: de um lado, aqueles que sob

uma face mais impessoal que a burocracia proporciona tratam o estrangeiro de modo distanciado e formal; de outro, os que cumprem o seu ofício assim como os demais, porem são mais sensíveis aos problemas dos alunos, adicionando às informações puramente técnicas outras orientações relativas às diversas questões que afetam suas vidas.

No extremo de uma ou outra perspectiva no que tange ao tratamento dispensado, funcionários e estudantes relatam casos de grosseria e descaso, em um extremo, e de relações mais próximas, de outro. Entre os ouvidos, esses dois tipos de casos são os mais raros, e não abrangem necessariamente em especial a PF em João Pessoa, mas em outros estados por onde funcionários e estudantes circularam também¹⁹.

Dentro do primeiro grupo de funcionários da PF, um agente justifica seu posicionamento da seguinte forma:

Eu uso o princípio da imparcialidade. Mas tem colegas que até tiram do próprio bolso, que pagam a prorrogação do estudante. Eu não, pois se um dos pré-requisitos é justamente o estudante ter condições de se manter, e se os brasileiros que vão para fora recebem tratamento formal, a partir da lógica da reciprocidade faço o mesmo que eles...mas, claro, tudo dentro do respeito aos direitos humanos e do Estatuto do Estrangeiro. Inclusive, nossa formação na academia de polícia é bastante voltada para os direitos humanos e nosso hino tem uma parte sobre direitos humanos.

O Hino da Polícia Federal²⁰, de 1935, ao qual o agente se refere traz os seguintes trechos:

ORGULHOSOS DE SER FEDERAIS
POLICIAIS DESSE IMENSO BRASIL
DEFENDENDO OS PRINCÍPIOS LEGAIS
INTEGRAMOS SUA VIDA CIVIL

¹⁹ Nesta pesquisa a verificação da veracidade das informações em relação a esses casos não foi uma preocupação, já que, como de praxe na pesquisa antropológica e na abordagem metodológica escolhida, a tendência foi trabalhar com o que as fontes consultadas dizem – portanto, valorizar os relatos nativos – sem julgá-los ou ao conteúdo do que relatam.

²⁰ Encontrado no site <http://www.policia-federal.org/hino-da-pf-letra-musica/>, acesso em 15/08/11

(...)

NOSSO LEMA É SERVIR BEM SERVIDO
PRESERVANDO O DIREITO E A ORDEM
ESTE POVO FELIZ E AGUERRIDO
QUE ABJURA COM HORROR A DESORDEM

DEFENDENDO OS DIREITOS HUMANOS
PELA ORDEM EM ETERNA VIGÍLIA
CONTRA OS MAUS DIA E NOITE LUTAMOS
RESGUARDANDO A SAGRADA FAMÍLIA

Em relação à questão do “direito” e da “ordem”, é interessante notar que a própria população receptora do migrante parece delegar a tarefa à PF quando algo que um estrangeiro faça desorganiza de algum modo sua rotina. De acordo com um agente do NO (Núcleo Operacional, que realiza sindicâncias), “é comum nós sermos chamados a partir de uma denúncia de baderna”. Por “baderna” envolvendo os imigrantes entende-se excesso de bebida e rixa de vizinhos na maioria das vezes. A “denúncia” quase sempre é justificada pelo nacional que a realizou com base em uma “suspeita de que o estrangeiro seria ilegal”. É feita, então, a sindicância para a verificação da situação do migrante e não se constatando nenhuma irregularidade ou ilegalidade, “nós conversamos com ele”. Caso contrário – o que, segundo o agente, é raro -, ele será “convidado a ir à Polícia Federal”.

Tendo por base os mesmos parâmetros expressos no hino, o outro grupo de funcionários (agentes e administrativos) da PF parece ir além do lema de “servir bem servido”. Em particular no contato com os estudantes estrangeiros, eles acabam desempenhando papéis que ultrapassam as exigências obrigatórias dos cargos que ocupam, tomando atitudes que se baseiam na solidariedade e na sensibilidade em relação ao “outro”.

Um dos ouvidos da PF conta que a situação já relatada do caso dos “atrasos da carteira sensibilizou mais os funcionários pelos estudantes, pois estes em geral tinham poucos recursos e aguardavam uma carteira que demorava muito ou não era entregue”. Perguntado se essa sensibilidade ou aproximação relativa quanto às questões dos estudantes estrangeiros não causava problemas dentro da PF, ele disse que o principal é “resguardar a

imagem da corporação, por exemplo, não ter uma má conduta, como embriagues, fazer piadas jocosas em relação aos membros da PF e superiores hierárquicos, ou ferir a lei, claro”.

Entre os problemas atuais que sensibilizam tais funcionários, o não pagamento da renovação - “pois não solicitou na data correta a prorrogação e não pagou a taxa na data por falta de dinheiro mesmo” – é o principal, já que estar na clandestinidade, nas palavras de um funcionário, “pode leva-lo para a cadeia ou para a deportação”. Com isso, segundo ele, “tem gente [da PF] que só falta pagar a taxa, pois orienta sobre as possibilidades de resolução do problema...ver o estudante que quer fazer tudo direito mas não faz por falta de dinheiro, isso causa comoção”.

Entre as orientações, uma muito comum é dada em relação ao estudante que termina a graduação e ingressa na pós-graduação, sem sair do país e voltar com outro convenio – o que seria obrigatório. Nesses casos, a sugestão dos funcionários é que eles procurem a Justiça, e consigam um mandato de segurança para assegurar o direito à permanência.

Quanto aos “excessos” – segundo o referencial de legalidade, formalidade ou solidariedade - dessa relação que se estabelece entre a PF e os estudantes o comentário é vago. Em geral, as pessoas ouvidas nesta pesquisa relatam casos do tipo “ouvi falar”, em especial sobre uma situação isolada de relacionamento mais próximo entre eles. No que se refere a situações de grosseria ou rispidez, particularmente em João Pessoa, parece não ocorrer, de acordo com relatos de estudantes e funcionários da PF. Como relata um funcionário da PF,

O pessoal conta sobre uma equipe de policiais que existia e que tinha uma interação frutífera, que criava laços. As pessoas chegavam receosas por estarem em instituição policial mas em particular os estudantes encontravam maior acolhimento, eram atendidos de forma mais simpática, provocando retorno dos estudantes. Quando haviam festas das comunidades, eles chamavam os policiais para a sindicância e para a participação. Um deles foi nomeado embaixador da comunidade de Cabo Verde no Brasil.

A renovação das estadas são as ocorrências mais comuns que tanto envolvem a PF quanto os estudantes estrangeiros. Eventualmente, porém, ocorrem situações que sensibilizam ainda mais ambos os grupos pesquisados, mesmo que tais situações não se refiram necessariamente a questões burocráticas quanto a seu visto de estudo, mas nas interações sociais mais abrangentes.

Durante todo o tempo da realização da pesquisa, o incidente mais grave envolveu violência cometida contra uma estudante da UFPB, cujo país de origem é a Guiné-Bissau, dentro do próprio campus da universidade em João Pessoa, no mês de maio de 2010. O fato chamou a atenção da imprensa, dos movimentos sociais e ONGs, em particular aquelas ligadas aos Direitos Humanos.

De acordo com a imprensa²¹, em um dia de aula normal, Kadija Tu caminhava pelo campus quando foi “cantada” por um vendedor de cartão de créditos que trabalhava dentro da universidade. Além de palavras de conotações sexuais, o vendedor teria ainda feito gestos obscenos para a aluna, que foi atrás dele para tirar satisfações pelo desrespeito. O vendedor teria, então, iniciado uma série de xingamentos racistas – segundo um amigo da estudante, entre eles “negra cão” – e teria ainda partido para a agressão física, proferindo chutes e pontapés. Ajudada por outras pessoas do campus, ela teria sido levada a um hospital e passado por um exame de corpo e delito.

Além da violência em si, o que mais chocou a comunidade, em especial a acadêmica, foram as declarações proferidas pela delegada inicial do caso. De acordo com site do jornal “O Globo” (em 25/05/2010), ela teria dito que xingar alguém de “negro safado” não se constituiria em crime de racismo, pois este seria configurado quando o acesso à educação é impedido. Ademais, não havia nada que provasse o crime de lesão corporal. Essas duas seriam, assim, as

²¹ Foram consultados os sites: <http://oglobo.com/cidades/>, com matéria intitulada “Estudante africana é agredida a chutes dentro da Universidade Federal da Paraíba”; <http://www.jusbrasil.com.br>; e <http://www.paraiba.com.br>, todos no período de 25 a 27 de maio de 2010.

justificativas para a liberação do acusado de injúria racial e de lesão corporal pelos que acompanharam ou participaram do caso.

A atitude e as declarações na imprensa da delegada geraram sua substituição na condução do caso, que foi transferido para a uma Delegacia da Mulher, a pedido do procurador e presidente do Conselho de Defesa dos Direitos do Homem, Duciram Farena. Paralelamente, foi aberto um processo na Polícia Federal, que corre sob sigilo.

Esse acontecimento gerou comoção em parte dos funcionários da Polícia Federal em João Pessoa. Cabe dizer que além da formação acadêmica voltada para os Direitos Humanos, alguns dos membros fazem ou fizeram trabalhos acadêmicos nessa área. Assim, por exemplo, um deles diz ter feito monografia sobre trabalho escravo; outro funcionário, formado em Direito, fez mestrado em Direitos Humanos, com dissertação sobre migrações internacionais de travestis, e faz doutorado em Sociologia. Nesse sentido, é possível perceber que casos de xenofobia e discriminação contra estudantes estrangeiros tendem a ser um dispositivo de humanização que afeta boa parte dos membros do setor de migração, que para além do desempenho profissional, passam a ser afetados no nível dos sentimentos.

O depoimento de um funcionário da Delemig-João Pessoa parece representar bem o que move alguns membros da Polícia Federal a serem menos impessoais no contato com os estrangeiros regularizados ou irregulares devido a problemas que fogem a seus controles: “a questão é que às vezes não sentimos [os servidores públicos] as necessidades que as pessoas [estrangeiros] sentem; não nos colocamos no lugar do outro”. Assim, identificar-se com o diferente é o primeiro passo para a possibilidade de uma interação mais solidária entre os representantes do estado e os estrangeiros.

A sensibilidade percebida de alguns funcionários da PF em João Pessoa não se limita à relação com os estudantes. Um deles, que trabalha no setor de passaporte, diz que embora a meta seja de 60 atendimentos por dia, muitas vezes eles fazem mais, quando tratam-se de casos de atendimento com

urgência (saúde, trabalho, estudo, ajuda humanitária, proteção do patrimônio) para nacional.

Outros casos que chamam a atenção deles é o de apátridas e refugiados. Mesmo sem poder fazer nada, uma situação relatada como “de comoção” foi a de duas mulheres apátridas que nasceram em Angola no período colonial, tinham a nacionalidade portuguesa, mas a perderam e não conseguiram o passaporte angolano. Tiveram que ir a Portugal solicitar novamente a cidadania portuguesa. As solicitações de refúgio por motivos de fome ou por motivos de conflitos tendem a comover, embora as relacionadas à pobreza sejam mais difíceis de serem concedidas.

A ótica dos estudantes estrangeiros em geral não difere muito da percepção da Polícia Federal sobre eles mesmos. Se no discurso policial a variação de conduta refere-se ao nível individual, a agentes e outros funcionários específicos, na fala dos estudantes a diversidade se traduz em termos de estados ou cidades. Segundo o relato de um aluno da Guiné-Bissau, há cinco meses em João Pessoa,

O meu primeiro contato com Policia Federal foi em Campinas (SP). Não gostei da forma como fui tratado. A mulher que nos atendeu não teve nenhuma paciência, por se tratar a minha primeira vez a estar perante uma autoridade que pelo sinal todos têm medo. Aqui em João pessoa ainda não tenho necessidade de passar na polícia federal por já ter estado de permanência.

Consultado sobre a relação cotidiana dos estudantes da Guiné-Bissau com a Policia Federal a sensação de ir à Policia Federal constantemente para renovar o registro, ele responde da seguinte forma:

Isso vai depender da unidade da Policia Federal. Em São Paulo, sobretudo no centro, o atendimento é muito bom e os estudantes podem contar com boas orientações, mas quanto se trata do interior, as coisas tendem a ser mais difíceis. Muitas vezes as informações são incompletas em ambas as partes, o que acaba gerando mal estar no atendimento. Lembro-me como se fosse hoje, a forma desumana que fomos atendidos por uma funcionária em Sorocaba em 2006.

E perguntado a respeito de ter recebido alguma orientação ou ajuda de algum funcionário da Polícia Federal, diz:

Já recebi. A segunda vez que voltei para Campinas eu fui bem orientado para procurar Itamarati em São Paulo (deram endereço e até a pessoa a quem eu devo conversar) para receber um inciso nos passaportes das minhas filhas, porque as instruções demoraram para chegar na Guiné, ou seja, recebemos vistos antes da lei ser comunicada a embaixada do Brasil na Guiné.

Dos estudantes consultados que passaram pela experiência na Paraíba, mas também em outros estados, dizem nunca terem tido grande problema com a Delemig-JoãoPessoa. Segundo outro estudante, de pós-graduação, desde que você esteja com todos os documentos, o tratamento é “normal” e até mesmo amistoso.

Assim como levantado junto à PF, para os estudantes a questão da renovação dos vistos e a falta de condições financeiras para fazê-lo é o principal problema vivenciado. Um deles comentou que conhece pessoas que demoraram em renovar seus vistos e foram multados, “como não tinham dinheiro para pagar a multa ficaram ilegais, até serem salvas pela anistia”²².

Particularmente no que se refere ao convênio estabelecido entre o Brasil e a Guiné-Bissau, a avaliação dos estudantes é que ele vem correndo bem. Para um deles,

A Guiné-Bissau já teve no passado muitos amigos, mas atualmente o Brasil está sendo muito mais que amigo da Guiné, mas um pai. Todos os Guineenses são beneficentes da relação entre os dois países. Para além do convênio, várias faculdades e escolas profissionalizantes estão a contribuir para formação dos nossos quadros guineenses.

Entre esses quadros, alguns citam orgulhosos ex-alunos bem sucedidos em seu país de origem. Os estudantes da Guiné-Bissau citam um ex-aluno (se formou em Ciências Sociais em 1977) da UFPB, Artur Silva, que é Ministro da Educação, e Brandão Gomes, que se formou em Medicina na mesma

²² No dia 2 de julho de 2009, o presidente Lula sancionou a Lei 11.961, que prevê a legalização de estrangeiros em situação irregular que tenham ingressado no Brasil até 1º de fevereiro de 2009.

universidade em 1978, que foi Ministro da Saúde e atualmente trabalha para as Nações Unidas na Nigéria.

Migrações, hospitalidade, direitos humanos e outros comentários

Como observado por Mungoi (2007: 189-191), a emigração estudantil africana não é recente – começa no final dos anos 1950 – e diferencia-se das demais emigrações africanas por estar dentro de políticas que incluem alianças e relações diplomáticas entre países em vias de desenvolvimento. Para a autora, “apesar de em alguns países africanos, o ensino superior começar a dar sinais de expansão, ainda estão muito aquém de responder às demandas”(191).

O estreitamento das relações Brasil-África, seguindo uma orientação de política externa atual, e alguns traços culturais percebidos como semelhantes por ambos os lados acabam por fazer do Brasil um país atraente para os estudantes africanos em busca de formação e aperfeiçoamento educacional. Mesmo que a maior parte tenha como destino as regiões sul e sudeste brasileiras, o nordeste também registra uma presença significativa deles.

Quando chegam ao país, a adaptação dos estudantes africanos na Paraíba tende a não ser muito difícil. O principal problema alegado é a saudade da família e a maior facilidade, segundo palavras de um aluno, “é que cerca de 60% da sociedade paraibana é hospitaleira”. Essa afirmação que parece gerar acalanto para os mais incautos, na verdade remete à necessidade de uma reflexão um pouco mais detida.

Como Montadon nos lembra (2011: 41), “nada é menos simples do que a hospitalidade”, já que ela pode ser entendida como uma dádiva (:42), nos termos maussianos, implicando na doação da essência do doador ou daquele que acolhe. Mas trata-se de um gesto ambíguo, conforme Grassi (2011:45):

A hospitalidade se apresenta como uma ponte frágil e perigosa estabelecida entre dois mundos: o exterior e o interior, o fora e o dentro. Tentativa de igualização, de nivelamento, seu desafio é a ultrapassagem, a abolição dos espaços, a penetração dos territórios, a

admissão. Ontem como hoje, as modalidades dessa ultrapassagem se colocam sob o signo da ambiguidade.

Extrapolando a investigação local – que é um ponto de partida para pensar sobre a situação dos imigrantes em outros contextos -, a ação da Polícia Federal e a ênfase discursiva de que o tratamento dispensado aos estrangeiros baseando-se nos Direitos Humanos faz parte de um contexto maior, internacional, no qual, como observado por Nickel (2002:370), diante da pergunta sobre se o sistema de direitos humanos existente hoje poderia ser apropriadamente descrito como um regime de governança global, responde: “*almost, but not quite*”. Não ao menos enquanto prevalecer na atual ordem internacional uma ênfase no que Jordan e Düvell (2003:1) denominam de “necessidade de fortalecimento da soberania nacional” (no original, *the need for stronger national sovereignty*), com a ocorrência eventual de “pânico moral” (*moral panics*) da população quanto à imigração (:17).

Independente da discussão da questão a respeito dos DHs como um regime de governança global e de uma resposta precisa a ela, o que se percebe no universo pesquisado é que mesmo quando ocorre um distanciamento entre os funcionários da PF e os estrangeiros, há a percepção de que se tratam de pessoas de carne e osso, com memórias, trajetórias e sentimentos particulares. Ou, como discutido por Vieira (1999), trata-se da garantia de proteção da dignidade da pessoa pelo simples fato de “ser humana”.

Nesse sentido, é que as relações puderam ser percebidas como “normais”, por aqueles (PF e estrangeiros) que seguem o “princípio da imparcialidade” alegado por um agente, ou “amistosas”, como dito por um estudante africano, por aqueles que ultrapassam os limites formais que o respeito constitucional e internacional exigem do servidor público quanto aos direitos humanos. Desse modo, é possível entender os que vão além das exigências do cargo como aqueles que, ao acolherem de algum modo os estrangeiro, tornam-se hospitaleiros.

Em outra direção, embora exista uma tendência atual ao respeito aos direitos humanos e muitas vezes à hospitalidade, paradoxalmente são cada vez mais comuns atitudes discriminatórias e xenofóbicas em relação ao diferente, ao migrante. Portanto, como observado por Santos (2010:33) em relação à discriminação étnica, “o fenômeno moderno é que a etnicidade foi mobilizada e politizada”. Assim é que, como observado por Koltai (2005:178), o fato de o estrangeiro ter deixado de viver “além fronteiras” para ser “aquele que mora ao lado” gera uma situação como se os sujeitos não conseguissem “responder às prescrições do seu tempo”. Desse modo, a atitude tomada pelo vendedor do cartão de créditos contra a estudante da Guiné-Bissau parece representar justamente essa inadequação que o período atual exige.

Referências

CERVO, Amado L. “Brazil’s Rise on the International Scene: Brazil and the World”. *RBPI*, v.53, pp.7-32, 2010.

_____. “Política exterior y relaciones internacionales del Brasil”. *Ciclos en la Historia, la Economía y la Sociedad*, Buenos Aires, v. 14, n. 27, pp. 179-200, 2004.

GRASSI, Marie-Claire. “Hospitalidade. Transpor a soleira”. In: Alain Montandon (dir.), *O Livro da Hospitalidade. Acolhida do Estrangeiro na História e nas Culturas*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2011.

JORDAN, Bill, DÜVELL, Franck. *Migration. The Boundaries of Equality and Justice*. Malden: Polity Press, 2005.

KOLTAI, Caterina. “Migração e racismo: um sintoma social”. In: Helion Póvoa Neto e Ademir Pacelli Ferreira (orgs.), *Cruzando Fronteiras Disciplinares. Um Panorama dos Estudos Migratórios*. Rio de Janeiro: Revan, 2005. (Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios – NIEM)

MENEZES, Lená Medeiros de. “Movimentos migratórios: resgate necessário nas Relações Internacionais”. In: Mônica Leite Lessa, Williams da Silva Gonçalves (orgs.), *História da Relações Internacionais. Teorias e Processos*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2007.

MONTANDON, Alain (dir.). "Introdução". In: Alain Montandon (dir.), *O Livro da Hospitalidade. Acolhida do Estrangeiro na História e nas Culturas*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2011.

MUNGOI, Dulce Maria D.C.J. "Alteridade e fluxos migratórios no "Atlântico Negro": estudantes africanos no Sul do Brasil". In: Denise Fagundes Jardim (org.), *Cartografias da Imigração: Interculturalidade e Políticas Públicas*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

NICKEL, James W. "Is today's international system a global governance regime?". *The Journal of Ethics* 6: 353-371, 2002.

PETRUS, Regina. "Jovens imigrantes angolanos no Rio de Janeiro: redes sociais, identidade, segregação e estigma". In: Helion Póvoa Neto e Ademir Pacelli Ferreira (orgs.), *Cruzando Fronteiras Disciplinares. Um Panorama dos Estudos Migratórios*. Rio de Janeiro: Revan, 2005. (Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios – NIEM)

PÓVOA-NETO, Helión. "A criminalização das migrações na nova ordem internacional". In: Helión Póvoa Neto e Ademir Pacelli Ferreira (orgs.), *Cruzando Fronteiras Disciplinares. Um panorama dos estudos migratórios*. Rio de Janeiro: Revan, 2005. (Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios – NIEM)

SANTOS, Miriam de Oliveira. "A noção de identidade e seu uso os estudos migratórios". *REMHU*, ano XVII, n. 34, jan./jul., 2010.

SEYFERTH, Giralda. "Os estudos da imigração no Brasil: notas sobre uma produção multidisciplinar". In: Giralda Seyferth et al.(orgs.), *Mundos em Movimento. Ensaio Sobre Migrações*. Santa Maria: Ed. UFSM, 2007.

VIEIRA, Oscar Vilhena. "Direitos Humanos 50 anos depois". *Cadernos de Direito e Cidadania I, Dialogando sobre Direitos Humanos*. São Paulo: Idec, 1999.